



Manifestações de junho de 2013: momentos, atores e significados

June 2013 manifestations: moments, actors and meanings

Joni Oliveira Fonseca ¹

João Lucas Mendes Machado ²

Resumo: Este artigo analisa as manifestações de junho de 2013, a partir da aproximação da Ciência Política ao compreendê-las como resultado da incapacidade de as instituições políticas formais, especialmente aquelas vinculadas à representação política, processar as demandas sociais de forma satisfatória. Considera-se que o processo de representação social é um *continuum*, por isso, as manifestações de junho são entendidas como resultado de certa descontinuidade do processo de representação e abre espaço para formas de organização e participação política, até então, inovadoras, descentralizadas e fluídas. Por isso, o Movimento Passe Livre (MPL), os Black Blocks e o Anonymous alcançaram protagonismo. Conclui-se que os protestos pesquisados promoveram certa “consciência” do direito à manifestação e deram visibilidade a demandas populares como melhoria da qualidade de vida nas cidades e da qualidade do sistema e representação política. Estas demandas se apresentam como consequência do maior acesso à educação e à internet, que reduziram os custos da mobilização política e viabilizaram novas formas de participação.

Palavras-chave: manifestações de junho; representação; participação.

Abstract: This article analyzes the 2013 manifestations of June from the approach of Political Science to understand them as a result of the inability of the formal political institutions, especially those linked to political representation, to process social demands in a satisfactory way. It is considered that the process of social representation is a continuum, so the manifestations of June can be understood as a result of a certain discontinuity of the representation process and makes way for forms of organization and political participation, until then, innovative, decentralized and fluid. Therefore, the Free Pass Movement (MPL), the Black Blocks and Anonymous reached prominence. It's been concluded that the researched protests promoted a certain "awareness" of the right to demonstrate and brought visibility to popular demands such as improving the quality of life in cities and the quality of the system and political representation. These demands are a consequence of access to education and the internet, which reduced the costs of political mobilization and enabled new forms of participation.

KEYWORDS: Demonstrations of June; representation; participation.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: <joni963@hotmail.com>.

² Acadêmico do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: <joaolucasmachadom@gmail.com>.



Introdução

Este artigo analisa um importante marco da trajetória política do Brasil após mais de 20 anos de considerável estabilidade institucional, desde o impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992. As manifestações de junho de 2013 ou, apenas manifestações de junho, como passaram a ser chamadas, tornaram-se o marco histórico da deflagração de uma crise democrática do país que já se arrasta por 9 anos. Apesar de a então presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) ter tido êxito na reeleição em uma disputa acirrada em 2014, o processo eleitoral foi questionado e ela não conseguiu assegurar a governabilidade do segundo mandato, então, foi afastada e sofreu *impeachment* em 2016. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, também do PT, foi preso e impedido de concorrer às eleições em 2018 através de procedimentos judiciais posteriormente anulados. A retirada de Lula da disputa, abriu espaço para que fosse eleito um presidente radical de direita, Jair Messias Bolsonaro, que confrontou constantemente as instituições democráticas e, até então, não reconheceu publicamente a legitimidade do processo eleitoral em que Lula saiu vitorioso em 2022.

Ainda é difícil compreender integralmente qual foi o papel das manifestações de junho nesse processo complexo. Mas, é possível identificar quais foram as suas características mais marcantes; como o movimento contra o aumento de R\$0,20 (vinte centavos) na tarifa dos ônibus coletivos da cidade de São Paulo se tornou a grande jornada que tomou conta das ruas de todo o país; quais foram atores principais deste movimento; quais os principais significados destes eventos. Assim, o objetivo deste artigo é identificar e analisar estes elementos presentes nas manifestações de junho, como marco relevante para a democracia brasileira. Apesar de que as demandas que foram apresentadas durante as manifestações não permitiam deduzir que uma crise crônica do regime democrático se aproximava, a não ser pela sinalização da perda de legitimidade das instituições representativas como partidos e parlamentos, parte significativa das reivindicações eram por melhoria da qualidade de vida, especialmente, nas cidades grandes.

Além do aumento das tarifas do transporte público, os gastos elevados e suspeitas de corrupção em obras para a realização da Copa do Mundo da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) de 2014, tornaram-se motivações para as manifestações. Isso passa a ser um problema, ao sinalizar insatisfação dos cidadãos com o processamento das demandas que apresenta ao Estado e caminhar na direção de uma crise de representação

política, que é um dos principais elementos da democracia moderna, através da qual a sociedade orienta o poder político institucionalizado. Para Barreto (1984: 16) “O governo representativo será, portanto, aquele que utiliza técnicas para assegurar a concordância entre as decisões governamentais e a vontade dos governados [...]” e segundo Mill (1981, p. 38), proporciona maior bem-estar.

Urbinati (2006, p. 206) resgata o conceito de representação de Pitkin (1967, p. 221-222) para demonstrar que a relação entre estado e sociedade deve ser contínua. O processo de tomada de decisão liga os cidadãos a assembleia legislativa, por exemplo, através de um *continuum* dado pela circularidade do processo eleitoral, uma vez que “o voto condiciona a vontade dos legisladores de uma forma constante, e não apenas no dia da eleição”. Entretanto, isto não é suficiente para assegurar que não ocorra ruptura da comunicação entre parlamentos e a vontade da maioria, afetando a legitimidade da representação.

No presente estudo, compreende-se as manifestações de junho de 2013 como resultado de certa descontinuidade no processo de representação política brasileira, ou seja, um desequilíbrio entre os anseios populares e as respostas governamentais, em diferentes níveis (local, estadual e nacional), e a não assimilação das demandas populares, também, pelas instituições representativas, notadamente os partidos políticos e parlamentos.

Neste enquadramento é que são analisadas as manifestações de junho de 2013 no Brasil no presente texto. Assim, é feita uma categorização cronológica de três fases do fenômeno, apresentam-se os principais grupos que ganham protagonismo no desenrolar dos eventos, identificam-se os significados dos movimentos relacionando-os com a insatisfação com o desempenho das instituições políticas oficiais e, conclui-se mostrando o caráter descentralizado e inovador das manifestações que se apresentam como consequência do maior acesso à educação e à internet, que criaram novas necessidades, reduziram os custos da mobilização política e viabilizaram novas formas de participação e expressão das demandas não processadas pelas instituições políticas formais.

Momentos, atores e significados das manifestações de junho de 2013

Nesta seção, apresentam-se três estágios em que é possível classificar as manifestações de junho, seus principais atores e significados. Apesar de ser comum tratar das manifestações de junho de 2013 de forma genérica, três fases a marcaram com características específicas. Muito disso se deve ao fato de ter tido uma relativamente longa duração, afinal, foi a maior

sequência de protestos desde o “Fora Collor”³. Assim, são divididas em: 1) a desqualificação e o descaso com os protestos; 2) a violência, a revolta popular e susto pelo movimento de massa e; 3) a vitória da demanda básica (GOHN, 2014).

Como principais pautas na esfera pública brasileira às vésperas dos protestos eclodirem tinham-se altos gastos com os estádios da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo da FIFA de 2014. Esses megaeventos, financiados com o dinheiro público contrastando com a má qualidade de serviços como saúde, transporte, educação e segurança pública eram foco de reclamações e insatisfação. Além disso, projetos legislativos como o Proposta de Emenda à Constituição 37 (PEC-37), o projeto alcunhado pela imprensa como “cura gay”, que tramitavam no congresso, e o sentimento de impunidade quanto a escândalos de corrupção foram colocados como justificativa para sair às ruas. Além desses motivos, a violência estatal através das polícias para reprimir as manifestações entrou na pauta, engrossando o movimento (GOHN, 2014).

Além de questões locais e nacionais, movimentos transnacionais como o Occupy, Primavera Árabe e os Indignados da Europa (Grécia, Espanha e Portugal) produziram influência no Brasil (GOHN, 2014). A rápida intensificação dos protestos é atribuída à utilização das redes sociais digitais. Coletivos e movimentos utilizaram a internet para mobilização, aumentar a adesão e o alcance dos protestos que se espalharam por todo o país, dando-lhes caráter descentralizado, de forma que não era possível identificar claramente suas lideranças.

No primeiro momento os protestos foram subestimados e desqualificados. Afinal, começam tímidos, primeiro em São Paulo, contra o aumento da tarifa do transporte público no dia 6 de junho, liderado pelo Movimento Passe Livre (MPL). O aumento de R\$0,20 (vinte centavos), segundo boa parte da mídia e alguns agentes políticos foi considerado causa pouco nobre para a reação popular com depredações de estações de metrô que foram fechadas e lixeiras que foram incendiadas. Assim, parte da mídia qualificou movimentos como vandalismo e colaborou para descaracterizar as reivindicações, gerar dúvidas e apreensão no público (GOHN, 2014).

Ao superar esta primeira fase, o segundo estágio é marcado pela intensificação da violência pela polícia e por manifestantes. Os protestos se propagam por diversas cidades do

³ O “Fora Collor” foi um movimento político ocorrido em 1992, onde milhares de brasileiros saíram às ruas em passeatas pedindo a saída do então presidente da república Fernando Collor de Mello.

país, especialmente nas capitais e cidades em que haveriam jogos da Copa das Confederações de 2013, que estavam ocorrendo naquele momento. Após a tentativa de criminalizar os manifestantes que protestavam contra o aumento da tarifa do transporte público e de o Estado reagir de forma violenta através do uso da força policial, a revolta popular aumentou. Este segundo momento começa com o 4º ato contra as tarifas, no dia 13 de junho, quando houve grande violência da Polícia Militar, dezenas de feridos e 192 prisões. Com o impacto das imagens e relatos do 4º ato, a opinião pública passa a ver as manifestações de forma positiva e milhares de pessoas aderem aos atos seguintes (GOHN, 2014).

Entidades nacionais e internacionais, como a Anistia Internacional, a ONG Repórteres Sem Fronteiras e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, condenaram e criticaram a ação da polícia, especialmente após um repórter da Folha de São Paulo ter sido ferido no olho com uma bala de borracha disparada pela polícia. Fica claro o despreparo das forças policiais para atuar em conflitos coletivos, além da incapacidade dos poderes constituídos para dialogar/negociar com as lideranças dos manifestantes (GOHN, 2014).

Em 17 de junho milhares de pessoas foram às ruas em diversas capitais pelo país. Em São Paulo aglutinam-se 65 mil pessoas no Largo do Batata, em Pinheiros. Houve, além de protestos, ocupação em frente a sede do governo estadual, Palácio dos Bandeirantes. Em Brasília (DF), a marquise do Congresso Nacional foi ocupada. Os acontecimentos seguintes passam a ser diários com intensa cobertura da imprensa escrita, falada, televisiva e online. Entretanto, o marco principal dessa segunda fase foi o dia 20 de junho, quando mais de um milhão de pessoas foram às ruas em todo o país especialmente em 25 das 26 capitais do país. Houve depredação de prédios do governo, espaços públicos e agências bancárias.

No terceiro momento dos protestos, chega-se a vitória da demanda básica com o cancelamento do aumento das tarifas em São Paulo. Aí tem-se uma guinada nos protestos e a Copa das Confederações passa a ser o foco e o palco. Em 21 de junho, o MPL deixa de convocar mobilizações já que tiveram sua pauta atendida. Com isso, os protestos e grupos não ligados às causas iniciais do movimento promovem depredações e, o governo federal, em uma tentativa de responder as reivindicações e recuperar o prestígio da presidente Dilma Rousseff, elabora e propõe um conjunto de propostas.

A Seleção Brasileira de Futebol venceu a Copa das Confederações e as manifestações contra a copa do mundo arrefecem. Mas o saldo do mês de junho foi de 1.301 detenções em 15 capitais do país. Dessas, a Polícia Civil abriu 273 inquéritos sob suspeita de dano ao

patrimônio público, lesão corporal e formação de quadrilha. Por outro lado, os governos tentaram responder às demandas das ruas ainda que isso não tenha passado de “balões de ensaio”, a exemplo da proposta de plebiscito para a reforma política que logo foi retirada de pauta.

Apesar de as manifestações terem contado com a participação de indivíduos pertencentes a inúmeros grupos e interesses, ou mesmo indivíduos avulsos ou apenas curiosos, ganharam protagonismo o MPL, os Black Blocs e o Anonymous. É evidente o distanciamento desses coletivos das instituições representativas formais.

O MPL existe desde 2003 e o seu núcleo militante é composto por ativistas do próprio MPL, integrantes de partidos e coletivos libertários. Anteriormente, esteve presente em manifestações de estudantes em Salvador no ano de 2003, em revoltas similares em Porto Alegre, Vitória e Belém. Em Florianópolis, 2004 e 2005, estavam presentes em manifestações sobre tarifas de ônibus. Em 2006 promoveram ações chamadas de “escrachos” que ridicularizavam atos oficiais e pautavam a *tarifa zero* no transporte coletivo urbano.

Entretanto, com os protestos de junho de 2013 o MPL ganhou notoriedade e passou a ter maior alcance. Um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras, etc. [...] (MPL, 2014).

Apesar de declarações no site do MPL, durante as manifestações de junho, o movimento foi vinculado a partidos políticos em inúmeros veículos de imprensa. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO) foram os mais citados. Além de partidos políticos, sindicatos também foram relacionados.

Em junho de 2013, o movimento tinha 25 membros regulares e cerca de 20 líderes ou *orgânicos* na cidade de São Paulo, que eram responsáveis pela convocação e organização dos protestos. Havia outros cerca de 35 denominados “apoiadores”. O movimento organizava-se em três princípios básicos: federalismo, apartidarismo e horizontalidade. O planejamento de ações e a comunicação com a mídia era responsabilidade de lideranças específicas. As redes sociais foram usadas para divulgação, mas as decisões eram tomadas em reuniões diretas do grupo. Quanto às manifestações, os representantes do MPL que deram entrevistas e se comunicaram com o grande público eram, em sua maioria, estudantes ou profissionais formados. Dos estudantes a maioria era de História, Geografia, Ciências Sociais e Direito da

Universidade de São Paulo (USP). Entre os profissionais, haviam professores de História, Música e jornalistas.

Nunes (2013) assinala que o MPL teve um objetivo claro em suas demandas iniciais.

[..] a riqueza dessa luta, que lhe permitiu assumir ressonância tão ampla, está em partir de um objetivo claro, imediato e amplamente consensual (redução das tarifas) para uma discussão mais ampla (lucro das empresas, qualidades dos transportes) e objetivos de médio prazo (abertura das planilhas, passe livre para alguns setores, etc.), apontando sempre para uma transformação radical das relações entre capital e trabalho, população e estado (transporte de qualidade gratuito, financiado pela redução do lucro das empresas e impostos progressivos) (NUNES, 2013, s.p).

Alguns veículos da mídia o apontavam o MPL como o único interlocutor legítimo das manifestações. Ao longo do mês de julho de 2013 ele soube se desvencilhar de parceiros e grupos que tentavam “pegar carona” em seu prestígio. Após atos de violência no 3º e 4º atos, o movimento tomou a decisão de filmar a ação de exaltados para contê-los e defenderem-se dos “infiltrados” que agiam com o objetivo de gerar confusão. O MPL teve assento nas mesas de negociações com dirigentes e foi chamado a participar de uma reunião no Palácio do Planalto, no dia 24 de junho. Depois de junho de 2013 continuou atuando, porém, não mais como o único ou grande “organizador” de manifestações tópicas que aconteceram. Participou especificamente na coleta de assinaturas para uma Lei de Iniciativa Popular pela Tarifa Zero.

Outro grupo que ganhou evidência durante as manifestações foi O Anonymous. Trata-se de um grupo formado por coletivos, criado nos Estados Unidos na primeira década deste século XXI. Ganhou notoriedade em 2008, quando declarou guerra a seita religiosa da Cientologia. Em 2010 ganhou atenção da mídia ao realizar um cerco cibernético às empresas que atuaram contra o Wikileaks, *site* de denúncias criado por Julian Assange. Ao assumir causas populares, influenciou movimentos como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e o combate internacional à censura na internet (SENGUPTA, 2012).

Um destaque desse grupo é que a maioria de seus integrantes, ao contrário das lideranças dos chamados novos movimentos sociais do século. XX, escondem suas identidades. O grupo tem como marca uma máscara inspirada em Guy Fawkes, um soldado católico que, em 05/11/1605, tentou explodir o Parlamento inglês, no levante “Conspiração da Pólvora”. A máscara foi popularizada pelo filme “V de Vingança” e a HQ (história em quadrinhos) de mesmo nome.

A “artilharia virtual” do Anonymous consistiu em um recurso simples – usavam programa de computador que opera sobrecarregando o sistema de um dado site até retirá-lo do ar, e a isso chamavam invasão. Bancos, sites de governos, órgãos internacionais foram alvos favoritos nas suas ações “hackers” ativistas. O movimento teve duas fases: uma pré-Primavera Árabe e Occupy e outra depois. Isso porque em 2011 o grupo assume uma face mais politizada ao se aliar ao ativismo da cibercultura. O Anonymous já gerou várias derivações, constituindo-se em facções. De acordo com artigo publicado no jornal New York Times, algumas destas facções usavam a força bruta para derrubar sites, outras invadiam sistemas e furtam dados (SENGUPTA, 26/03/2012, p. 2).

O grupo possui bibliografia como tema exclusivo. Nicolas Danet junto com Frédéric Bardeau publicaram um livro na França em 2011, que faz um histórico sobre o movimento até a sua virada política. Registra-se também um documentário cinematográfico feito sobre eles intitulado “We are Legion – The History of the Hacktivists” produzido por Brian Knappenberger em 2012.

O Anonymous teve grande participação na disseminação das informações e na articulação da solidariedade ao que era o movimento inicial pela redução das tarifas e contra a Copado Mundo FIFA. Apesar disso, a presença forte do Anonymous na divulgação dos protestos não era perceptível para a maioria das pessoas que saíram as ruas em junho. Nos protestos apresentavam-se com a tradicional máscara de Guy Fawkes, despertando curiosidade. Com as cenas de violência tomando conta das manifestações de junho, o Anonymous passou a ficar isolado, juntamente com o grupo que passou a dominar a cena dos conflitos: os Black Blocs.

O Black Bloc é um movimento ideológico considerado por muitos como anarquista, criado na Alemanha no início dos anos 1980. No seu começo, era ligado ao movimento autonomista da então Alemanha Ocidental. A tática dos Black Blocs foi adotada por participantes do Movimento Anarcopunk do Reino Unido em 1970. No Brasil, os anarcopunks têm participantes nas camadas médias e entre universitários.

Representam uma das parcelas dos participantes das manifestações de junho. A presença deste grupo mudou a cena dos protestos no Brasil. A mídia predominante atuou de forma a criminaliza-los como vândalos, mascarados, entre outros termos. Para alguns manifestantes, Black Blocs é uma tática, não um movimento. Ela é defensiva, usada para proteger os manifestantes. Em junho de 2013 eles ficavam atrás do grupo de manifestantes e

depois passaram a ficar na linha de frente. Desta forma, é conferida à violência uma legitimidade, ou seja, é uma resposta, uma reação e não um ataque. O grupo argumenta que a depredação não é violência, mas uma intervenção de caráter simbólico que atinge o “coração” do capitalismo: a propriedade privada.

Para Dupuis-Déri (2014, p.10)

Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas.

Esse movimento que possui alcance internacional, se reproduz em várias partes do mundo e nesta reprodução adota as táticas preconizadas pelos ideólogos que o criaram. Como repudiam as formas da democracia representativa, adotam a ação direta, que para eles é a violência. É uma violência performática. Esta performance mistura elementos simbólicos, comunicativos e interativos que vão além de simples atos de desobediência civil. Há uma recusa à ordem estabelecida, há contestação política e questionamento do sistema vigente.

Matza e Sykes (2004) elaboram em seus estudos uma tipologia sobre normas de conduta e técnicas de neutralização usadas pelos Black Blocs: 1) a negação da responsabilidade (negam que sejam os causadores da violência da sociedade); 2) a negação do dano (porque os objetos danificados são propriedade dos capitalistas; 3) a negação da vítima (afirmam que o alvo é atingir coisas, objetos, não pessoas); 3) a condenação de quem julga o delito (o delito, para eles, é cometido pela polícia).

Em resumo, o Black Blocs se apresenta como uma tática de protestos e criaram uma estética peculiar aos ativistas – roupas pretas e rostos semicobertos (após surgir o Black Bloc, outros grupos foram criados com destaque na cor e estilo das roupas como os Red Bloc e os White Blocs) (cf. DUPUIS – DÉRY, 2014, p. 70). A comunicação e interatividade do grupo acontecem online, assim como a adesão aos protestos. Há pouca informação a respeito das formas de organização e articulação direta de seus membros. Na rede virtual pode-se encontrar o “Manifesto Black Bloc” e o “Manual da Ação Direta”, um guia de como realizá-la. Há sessões no manual sobre desobediência civil, primeiros socorros, leis, direito e segurança.

A grande diferença entre o Black Blocs e outras formas de ativismos, presentes nas manifestações, é o sentido e o significado que eles atribuem à violência, e também o uso que

fazem dela nos atos de protestos. Como mencionado anteriormente, seus pressupostos são outros. A sociedade, movimentos sociais, novos e antigos, e autoridades não sabiam como lidar com essa nova forma de expressão que destrói, não tem nome e não se assume como grupo ou movimento.

A partir da forma como as manifestações se proliferaram, e da atuação nos coletivos identificados, pode-se concluir que, ainda que em alguns casos como do MPL, haja algum diálogo com sindicatos e partidos, há muitas diferenças quanto aos movimentos tradicionalmente existentes no Brasil. Estes surgem ante a emergência de novas demandas sociais que aqueles já não conseguiam satisfazer ou se mostrarem como representantes legítimos.

Considerações finais

Ainda que os temas suscitados nas manifestações de junho de 2013 tenham sido inicialmente o transporte coletivo urbano, pauta principal do MPL, e depois diversos outros elementos tenham feito farte dos protestos, um dos temas mais relevantes, diz respeito à satisfação com as instituições políticas brasileiras, especialmente aquelas de caráter representativo, notadamente, partidos políticos e parlamentos. Aspectos identificados, especialmente, através da forma em que os *Anonymous* e os *Black Blocs* participaram.

Estes movimentos expressam uma profunda falta de confiança nos políticos e instituições, quando não uma rejeição ao sistema político. Assim, os indivíduos não se sentem representados e não possuem canais de expressão oficiais tido como legítimos para as suas demandas e insatisfação. Detecta-se uma crise de representação política, restando a utilização da linguagem das manifestações, que possibilita a verbalização da insatisfação que é potencializada pelas redes sociais e, inflada pela sensibilização contra a violência policial.

A ideia de que as manifestações representam insatisfação com o desempenho das instituições políticas, especialmente as representativas, é reforçada pelo fato de os jovens terem tido lugar central na sua realização. De acordo com pesquisas de opinião, a maioria dos participantes das manifestações eram de jovens da classe média ou “novos incluídos” (pessoas que melhoraram de renda nos anos anteriores). Antes de esses jovens ocuparem as ruas, eles se familiarizaram com o território virtual, atuando no novo espaço social criado pela internet. Muitos desses jovens estavam na fase de batismo na política, ou seja, estavam aprendendo a

operar a política e as manifestações e coletivos serviram de laboratórios dessa experiência. Demandavam por canais para se expressar e serem ouvidos a respeito de demandas que não só são específicas da categoria jovem, mas também de toda a sociedade.

Novos modelos de organização política surgiram com as manifestações de junho. Estes modelos trouxeram narrativas novas, ao contrário das tradicionais/convencionais ligadas a esquerda ou a grupos “politicamente corretos”. Estes modelos fazem parte de uma onda mundial de jovens na cena pública (exemplo disso são movimentos como Occupy Wall Street e Primavera Árabe). Nestes modelos, há a ocupação de ruas e praças sem direção definida. A política exerce a ocupação de espaços públicos sem regras institucionais de entidades coordenadoras. Há a desconstrução da política e problemas cotidianos ganham a espaço na agenda pública devido a sua amplitude.

As manifestações de junho de 2013 marcam o surgimento de uma consciência do direito a manifestação, da visibilidade das desigualdades sociais e do mau desempenho do Estado quanto às políticas públicas nas áreas da mobilidade urbana, educação e saúde, além da incapacidade de as instituições representativas processarem as demandas sociais a contento. As demandas reivindicadas são feitas por uma camada da população que, graças às mudanças estruturais ganharam maior acesso à educação, à internet e tiveram melhoria da renda. Tais mudanças aumentaram os recursos e reduziram os custos da manifestação política, viabilizando os protestos. Como consequência essa faixa da população passou a ser mais exigente em relação a aspectos como a qualidade de vida nas cidades e a qualidade do sistema e da representação política.

Concluindo, as manifestações de 2013 marcaram um novo momento na história política brasileira em que manifestantes recorrem a um tipo específico de ação política para se fazerem ouvir. Revela a insatisfação popular ante as instituições políticas e produz uma crise de representatividade que deve ser aprofundada a partir de teorias e modelos de representação política.

Referências

BARRETO, Vicente. Voto e representação. In: **Curso de Introdução a Ciência Política**. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1984.

DEPUIS-DÉRI, F. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

DEPUIS-DÉRI, F. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no**

mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

MATZA, D. e SYKES, G. **Técnicas de neutralización**: uma teoria de delinquencia. Caderno CRH, vol. 21, n. 52, 2004, p. 163-170.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

MPL – **Movimento Passe Livre**. Disponível em <www.saopaulo.mpl.org.br/>. Acesso em: setembro de 2014.

NUNES, Rodrigo Guimarães. A origem da organização dos sem organização: oito conceitos para pensar o “inverno brasileiro”. **Le Monde Diplomatique**, 12/08/2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/>>. Acesso em: setembro de 2014.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. University of California Press. Berkeley, 1967.

URBINATI, Nádía. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, 2006, n° 67.

Artigo submetido em: 04 de novembro de 2022.

Artigo aceito em: 15 de dezembro de 2022.